

A TRAJETÓRIA DE UM CRÍTICO (*)

João Alexandre Barbosa

I

Quando, em 1981, propus, e foi aprovada pela Congregação desta Faculdade, a concessão do Título de Professor Emérito ao Professor Antonio Candido de Mello e Souza tinha a certeza de que não apenas fazia o papel do colega mais jovem que se lembra, com gratidão, do mais velho que se aposenta, e se aposenta por tempo de serviço e não pela idade, felizmente, mas de estar concorrendo para que se cumprisse uma justiça tão óbvia que, naquela minha proposta, não havia uma justificativa maior do que o próprio nome do homenageado. Era como se dissesse que o seu nome não precisa da ornamentação dos currículos desde que era a Faculdade que saía ganhando com a concessão. Assim foi, assim é.

Por isso mesmo, não enumerei Títulos e feitos do nosso Professor Emérito: ele já o era antes que a Faculdade lhe concedesse o título que hoje se lhe entrega. Neste sentido, solicito aos meus colegas de Congregação a oportunidade para, agora, tecer alguns comentários sobre a personalidade intelectual, que hoje homenageamos, buscando articular algumas características que me parecem as mais marcantes de sua figura de crítico e professor. Não é que aspire a qualquer objetivismo seco: com o Prof. Antonio Candido aprendi, quer como seu leitor desde os fins da década de 50, quer como seu companheiro de trabalho desde os fins da década seguinte, que existe uma personalidade crítica (que pode ser a marca tanto do crítico literário quanto do professor) em que se fun-

(*) — (Saudação a Antonio Candido na Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 30/08/84, quando da concessão do Título de Professor Emérito).

dem, de modo harmonioso, os traços subjetivos e objetivos com que o homem compõe o quadro de suas aspirações individuais e coletivas, articulando motivos intelectuais, afetivos e emocionais.

Na verdade, trata-se de algo mais fundamental: é que no Professor Antonio Candido a noção do trabalho intelectual e o seu produto, a obra daí resultante, está de tal modo associada à existência do Professor que é impossível, pelo menos para mim, falar do que há de mérito em um sem mostrar aquilo que é substância da outra. Para dizer de outro modo, entre o crítico literário e o Professor sobressai a figura do intelectual que assume e justifica, expandindo, aquelas atividades. O crítico não é só crítico porque a sua percepção da literatura, alimentada por uma enorme massa de leituras, refaz a todo momento noções herdadas pelo esforço de articulação das diversas ciências do homem; O Professor não é só Professor porque a curiosidade de novos saberes, a invenção de novos modos de análise e interpretação, as sínteses luminosas e precisas, desfazem a rotina e a mesmice da pura transmissão do conhecimento. E como se uma coisa alimentasse a outra, no crítico é possível encontrar, a cada passo, o traço característico do Professor que discrimina, resume e abre novos caminhos, assim como no Professor está sempre presente o gosto pela invenção de novos modos de ver os textos literários, as súbitas interrelações, a expressão cuidadosa de quem mantém a espontaneidade da fala sob o estrito controle da escrita interiorizada. Daí talvez, um índice freqüente de estilo: a fala que incorpora o gosto pela posição rigorosa dos tempos da linguagem escrita (e o próprio Prof. Antonio Candido observou algo semelhante na prosa falada do amigo Rodrigo Mello Franco de Andrade) e a escrita que não foge à fascinação do coloquial. Transfigurando a gravidade na graça e leveza dos objetivos inesperados e das classificações desabusadas (basta, neste caso, lembrar o título de um de seus mais ricos ensaios, aquele que escreveu sobre Manoel Antonio de Almeida: "Dialética da Malandragem"). Deste modo, entre o crítico e o Professor, o intelectual atua como uma espécie de agente, simultaneamente, de controle e subversão: de controle, na medida em que os objetivos do crítico são determinados por uma ampla visão de cultura literária e histórico-social, atenta para os limites da autonomia do texto literário levando-o sempre a preferir falar em autonomia relativa; de subversão na medida em que a função do Professor é impelida a alargar-se para além das mesquinhas conveniências didáticas, criando, para os alunos, um espaço mais arejado de livre debate, correlações não só entre obras autores ou teorias, mas entre a literatura, a sociedade, o mundo, a vida. Está claro

que não se chegou a este patamar sem um longo percurso durante o qual se foi constituindo a personalidade intelectual a que hoje temos a enorme alegria de render esta homenagem. Permitam-me acentuar algumas etapas deste percurso.

II

Tudo começou na década de 40. De um lado, os inícios como Professor Universitário, Assistente de Sociologia nesta Faculdade, que exercerá entre 1942 e 1957; de outro, crítico literário da Revista *Clima* (1941-1943), da *Folha da Manhã* (1943-1945) e do *Diário de São Paulo* (1945-1947).

A primeira atividade, a de Professor de Sociologia, além de marcar de modo decisivo a sua compreensão do fenômeno literário como estrutura e função, cuja origem está no rico manancial da Antropologia Social e Cultural que será o fundamento da Tese defendida em 1954, e publicada dez anos depois, *Os Parceiros do Rio Bonito*, foi também responsável por um distanciamento que eu chamaria de saudável entre a prática da literatura como crítica e o seu ensino Universitário, não obstante os seus remotos ensinamentos como Professor de Português e História em Cursos Secundários.

A segunda atividade, a de crítico literário, logo o transformaria no crítico a quem Álvaro Lins, o mais respeitado crítico do Brasil naquele momento, podia se referir da seguinte maneira, numa das notas de seu *Diário de Crítica*, publicado em 1951: “Antonio Candido é o que poderemos chamar, sem qualquer exagero, um crítico completo. Não lhe falta nenhum dos atributos do grande crítico. Tem, em graus superiormente desenvolvidos, a inteligência, a cultura, a sensibilidade, a independência de atitudes e a nobreza dos sentimentos. É verdade que outros críticos brasileiros do passado e de hoje apresentam estas mesmas qualidades, em conjunto, ou algumas delas, isoladamente. Há alguma coisa, porém, em que todos Antonio Candido sobrepuja: é na forma artística da expressão. O seu vocabulário crítico, por exemplo, é o melhor de toda a literatura brasileira neste gênero” Qualifique-se melhor a observação de Álvaro Lins: a “forma artística de expressão” não como sinônimo apenas do bem escrever, de algum beletismo mal definido, mas como assenhoração de uma linguagem crítica adquirida não somente no trato freqüente com o que havia de melhor na crítica de então (leia-se: o New Criticism Norte-americano, a Estilística de

Sapin ou Auerbach, o ensaísmo francês de Thibaudet) mas ainda a própria tradição em língua portuguesa indo desde a leitura dos críticos brasileiros do passado até os seus contemporâneos mais velhos, em que sobressai, por exemplo, o mestre do estilo crítico da surdina e da sutileza que foi Augusto Meyer. Era precisamente o domínio desta linguagem crítica que permitiria ao Prof. Antonio Candido a releitura da obra crítica de Sílvio Romero no trabalho com que, em 1945, concorreu à Cátedra de Literatura Brasileira desta Faculdade: *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*. O jovem de vinte e tantos anos não apenas obtinha a maior média do Concurso (e a sua não indicação para o 1º lugar é uma dessas injustiças que se transformam, por assim dizer, em caso triste não apenas para a instituição mas em paradigma da própria fragilidade dos julgamentos humanos. Basta ler a narrativa a respeito feita por Antonio Arinos de Mello Franco, um dos examinadores do Concurso, em suas memórias), mas instaurava uma maneira de apreender a crítica literária de modo integrativo, articulando a preocupação teórica (que será na própria noção de método) com uma ampla leitura do quadro histórico e social. Como ele mesmo dirá anos depois, no prefácio para a reedição da obra, “esta tese é uma análise teórica, mas feita na perspectiva da história” Era, de fato, o que marcava os quinze artigos que publicou na *Revista Clima*, os noventa que constituíram a sua colaboração na *Folha da Manhã* ou os sessenta rodapés semanais escritos para *O Diário de São Paulo*. Na verdade, os inícios da crítica literária do Prof. Antonio Candido, nesta década de 40, eram também os inícios do problema que fundamenta a crítica literária brasileira posterior: de que modo articular estrutura social, história, e forma literária, artística.

Neste sentido, é precioso o texto “Um Crítico” publicado como introdução à 5ª série do *Jornal de Crítica*, de Álvaro Lins, na verdade composto de artigos publicados na *Folha da Manhã* e *O Diário de São Paulo*, em 1943 e 1946, respectivamente. Ali já se afirma a difícil articulação entre literatura e história, sobretudo através das duas partes em que dividia a sua argumentação para tratar da 4ª série do *Jornal de Crítica*. Em ambas, utilizando títulos que parodiavam as nomeações de velhos Romances, o problema está centrado na possibilidade de bem dosar as relações entre crítica e política.

Lê-se na 1ª parte: “De como a coexistência do crítico e do político representa velha tradição e de como é louvável”, e na 2ª “De como a coexistência se revela paralelismo e não compenetração

e de como, embora seja a melhor atitude para o nosso tempo, revela um enfraquecimento da crítica, vista em perspectiva histórica”

Compenetração: eis a base de uma procura que vai orientar a atividade crítica posterior do Prof. Antonio Candido, transformando-se num dos traços mais marcantes de sua contribuição para a história da crítica literária no Brasil.

Logo cedo, ele percebia (e o seu texto sobre Sílvio Romero era bem o começo desta percepção) que a crítica literária deve vincular duas paixões no ato da leitura: a interpretativa e a analítica. Se aquela dá à crítica uma função ampla de compreensão cultural, esta é indispensável para que a atividade não perca a sua especificidade e desague no paralelismo fácil e tautológico.

Deste modo, o texto sobre Álvaro Lins assenta as suas bases numa indagação fundamental acerca dos limites e correlações da crítica e da história, buscando esclarecer o modo pelo qual a crítica literária intervém no social sem perda de sua função analítica das obras. Atento para o que se passava na própria esfera da criação literária, sem fazer da crítica apenas um epifenômeno da explicação historicista ou sociologista, o Prof. Antonio Candido podia indagar num texto luminoso e intensamente profético: “Quem sabe os críticos profissionais não perderão, por uns tempos, a sua razão de ser, já que a literatura criadora se torna cada vez mais cheia de crítica?”

O tempo daria respostas diferentes à pergunta essencial: o nascimento de uma crítica feita nas Universidades mais voltada para o rigor das pesquisas, às vezes não sabendo bem dosar as paixões interpretativa e analítica, caindo na extravagância dos métodos e dos esquemas, embora, às vezes, sabendo articulá-las e dando bons resultados; a recuperação de uma crítica de gosto e parcial, crítica de criadores, cujas origens remontam aos inícios da nossa modernidade (de que Baudelaire ou Valéry, para não citar um nome mais próximo como T. S. Eliot, são exemplos modelares), o desaparecimento da crítica de rodapé em jornais e sua substituição pelas resenhas, quase press-releases, sem a força dos argumentos e das reflexões mais demoradas, etc, etc.

De qualquer modo, a pergunta do Prof. Antonio Candido haveria de encontrar de sua parte uma resposta de coerência: em 1945 publica o Livro *Brigada Ligeira* que, reunindo textos antes apa-

recidos na *Folha da Manhã*, era a marca de sua presença na crítica profissional e como que o encerrar-se de uma fase.

Na verdade, embora iniciando-se por um ensaio sobre Oswald de Andrade (“Estouro e libertação”), que marcará definitivamente os estudos posteriores sobre o grande guerrilheiro do nosso Modernismo, o livro era visto pelo autor, como o seu próprio título queria indicar, na espera de, para usar as suas palavras, “futuramente, poder alinhar os couraceiros numa crítica mais trabalhada e profunda, liberta das limitações de rodapé” É o que se realiza na década seguinte.

III

É, de fato, na década de 50 que a opção pelo ensino Universitário da Literatura opera a convergência definitiva do Professor e do Crítico.

Por um lado, foi na então jovem Faculdade de Assis que, a partir de 1958, encontrou ambiente favorável para testar, como Professor, aquilo que, como crítico, acumulara desde a década anterior; por outro lado, em 1957, terminava a elaboração da obra que iniciara em 1945 — *A Formação da Literatura Brasileira*, publicada em 2 vols. em 1959 —, com a qual não apenas soldava, de uma vez por todas, a sua condição de Professor e Crítico, mas alterava a própria evolução de nossa historiografia literária.

Na verdade, se é possível detectar os seus vínculos com os historiadores literários do passado (e o próprio Prof. Antonio Candido explicita-os no “Prefácio” ao 1º vol.), a sua grande contribuição está no ponto-de-vista assumido: não uma História da Literatura Brasileira, mas alguns ensaios que recobrem o que chamou de “momentos decisivos” (de 1750 a 1880), isto é, aqueles em que se constitui um sistema literário no quadro mais amplo, da cultura brasileira. Sistema que, por um lado, é identificado na relação autor-obra e público e, por outro, implica na idéia básica do jogo entre dependência e autonomia (velho *topos* de toda a nossa historiografia literária ou, para dizer de outro modo, a maneira pela qual a Literatura Brasileira foi traduzindo a cultura metropolitana dos países fontes e criando as condições para uma expressão brasileira. Neste sentido, por exemplo, são básicos os textos escritos sobre as origens do nosso romance em correlação com a estrutura social da Monarquia, ou mesmo a sutura entre paisagem física e cultural na experiência poética de Cláudio Manuel da Costa.

Não me demorarei nos exemplos da importância da obra: seria muito difícil encontrar quem, estudando a nossa literatura, não se tenha alimentado de uma ou outra de suas análises e interpretações. Faço, todavia, questão de acentuar um ponto que me parece fundamental em sua contribuição. Formularei da seguinte maneira: a relação básica entre estrutura e função, que o Prof. Antonio Candido apreendera com o trato da Antropologia Social e Cultural, permite-lhe o equilíbrio admirável entre as duas paixões essenciais da crítica: a interpretativa e a analítica. A função da obra no sistema literário e, daí, no quadro da cultura, é sempre fundada na análise de seus componentes estruturais enquanto obra literária, artística, estabelecendo-se, deste modo, uma compenetração dinâmica entre a obra literária enquanto objeto artístico e sua existência enquanto significação cultural.

Ancorado neste princípio, nada é, ou vem a ser, secundário na leitura crítica: anotações sociológicas, apontamentos históricos, digressões biográficas, correções bibliográficas, tudo é transformado por um sólido questionamento acerca da estrutura e função dos textos. Por isso mesmo, a presença e defesa do gosto literário (sem dúvida, aprendido na leitura de T. S. Eliot e Thibaudet) não se esconde mas, pelo contrário, é explicitamente declarado. Assim, por exemplo, no “Prefácio” que escreveu para as *Páginas Avulsas*, de Plínio Barreto, em 1958, espécie de defesa do leitor possuído pela intuição, a frase de definição do ato crítico é lapidar: “Crítico é apreciar; apreciar é discernir; discernir é ter gosto; ter gosto é ser dotado de intuição literária”

Era, por certo, uma espécie de movimento compensatório que o crítico utilizava para mostrar a relatividade dos esquemas e métodos adotados pelo Professor. Por isso mesmo, não é casual que, no mesmo ano em que publicava a sua grande obra historiográfica, 1959, fizesse aparecer um volume de ensaios, *O Observador Literário*, constituído de textos de natureza bem diversa: anotações argutas sobre autores brasileiros (Gonzaga, o Parnasianismo, Machado de Assis e a Música, José Lins do Rego), temas universais (o tema do convite amoroso, uma admirável leitura de tópico crítico em Eliot, o romance e Stendhal, Nietzsche) e textos de origem bem mais íntima, confundindo memórias e reflexões históricas (sobre Mário de Andrade, sobre Oswald de Andrade, sobre esta figura singular de anarquista que foi Teresina Carini Rocchi, depois dando título a seu último volume de ensaios, *Teresina, etc.*, de 1980, sobre as cartas de um Voluntário da Guerra do Paraguai).

Desta maneira, ao mesmo tempo que as funções de Professor iam orientando uma prática do rigor analítico-interpretativo ou mesmo pedagógico, como por exemplo, é possível ler no ensaio sobre Graciliano Ramos, *Ficção e Confissão*, também de 1959, em “A Literatura e o Público”, “Arte e Sociedade”, ou “A estrutura da escola” o Crítico lê Alexandre Dumas, em “Monte Cristo ou Da Vingança” Guimarães Rosa, em “O sertão é o mundo”, Joseph Conrad, em “Aventura e Exotismo”, Stendhal, em “Melodia Impura”, etc. etc.

O que quero dizer é que, a partir de então, a simbiose entre um e outro é perfeita e, deste modo, configura-se o intelectual a que hoje prestamos esta homenagem.

IV

Na verdade, as obras publicadas nos anos 60 indiciam muito bem a articulação conseguida entre o Professor e o Crítico.

De um lado, está o volume *Tese e Antítese*, de 1964, cujo eixo analítico-interpretativo é o modo pelo qual, em alguns textos literários, ocorre a recuperação da personalidade dividida por força da própria construção literária. Uma espécie de análise da estrutura a partir do ângulo de convergência entre o social e o psicológico por força da simbolização própria da arte.

De outro lado, está *Literatura e Sociedade*, de 1965, que recolheu alguns ensaios já nomeados, sobretudo voltados para a discriminação das relações entre estrutura social e forma literária, como “Crítica e sociologia”, “A Literatura e a Vida Social”, “Estímulos da Criação Literária”, “Estrutura literária e função histórica” ou esquemas de compreensão da atividade literária em diferentes tempos históricos, como “Letras e idéias no período colonial”, “Literatura e Cultura de 1900 a 1945” ou “A Literatura na evolução de uma comunidade”

Em fins de 1960, o Prof. Antonio Candido assume as funções de Professor de Teoria Literária e Literatura Comparada desta Faculdade e seu trabalho de Crítico e Professor, do ponto de vista da produção literária, manifesta-se, por esses anos, em duas obras escritas em colaboração: *A Personagem de Ficção*, de 1964, e *Presença da Literatura Brasileira*, do mesmo ano.

Desta forma, estava completo um ciclo: os anos seguintes, até sua aposentadoria, serão marcados por uma intensa atividade universitária, seja na formação de numerosos mestres e doutores em Teoria Literária (dentre os quais, tenho a honra de me incluir), seja na elaboração cuidadosa de uma equipe docente para a Área, seja no exercício didático de cursos que vão desde os teóricos até os de Literatura Comparada, sustentados por uma autoridade tranquila de anos e anos de leitura e prática no trato com alunos e colegas, seja na criação do Instituto da UNICAMP

Nem mesmo o desastre político e social ocorrido a partir do golpe militar de 1964 enfraqueceu a sua atividade. Se os acontecimentos o levaram, como a tantos outros, a ausência do País (em seu caso, a Universidade de Paris, de 1964 a 1966, e a Universidade de Yale, em 1968), a sua presença na Universidade foi sendo marcada por uma posição de dignidade exemplar. Exemplar em, pelo menos, dois sentidos: no sentido de que a autoridade intelectual juntava-se ao comportamento ético-político de recusar qualquer forma de acomodação à ditadura e no sentido de que, por outro lado, as suas atitudes serviam de exemplo para tirar os mais jovens do desânimo e da angústia em que se viam jogados pela irracionalidade e pelo oportunismo. E isto se fazia, sobretudo, pelo esforço em preservar a atividade intelectual, quer como crítico, quer como professor, de qualquer tentativa de degradação, ainda que dita provisória ou passageira. Não de preservá-la de um contágio com a realidade mesquinha do mundo em volta: de afirmá-la como recurso de oposição ao rebaixamento da vida cultural que o país passou a sofrer.

Neste sentido, não houve interrupção: os livros e ensaios que publicou a partir de então dão testemunho de uma força crítica capaz de superar o sofrimento íntimo de quem assistia estarrecido do que é capaz o homem em sua ânsia pelo poder espúrio e desumano. Aí estão os *Vários Escritos*, conjunto de ensaios, publicado em 1970, e os ensaios ainda não reunidos “Dialética da Malandragem”, de 1970, “Subdesenvolvimento e Literatura na América Latina”, de 1970, “O Mundo-Provêrbio”, de 1972, “A Literatura e a Formação do Homem”, de 1972, “A Degradação do Espaço”, de 1972, “Primeiros Baudelairianos no Brasil” de 1973, “Timidez do Romance”, de 1973, entre outros, para mostrar a continuidade de uma obra e a permanência de seu autor.

Obra e autor que já não se distinguem na História da Literatura Brasileira, de tal forma uma responde pela definição do outro e ambos autorizam os versos de Carlos Drummond de Andrade, com os quais encerro estas minhas palavras.

Palavras comovidas de alegria, por um pernambucano do Recife com quem o Prof. Antonio Candido conversou, pela primeira vez, em Assis, São Paulo, em 1961, (e me pediu para chamá-lo apenas pelo nome, sem o título) e que chegou a ter honra de saudá-lo neste momento, graças ao gesto delicado de meus colegas de Congregação. Eis os versos:

“Arguto, sutil Antonio
a captar nos livros
a inteligência e o sentimento das aventuras do espírito,
ao mesmo tempo em que, no dia brasileiro,
desdenha provar os frutos da árvore da opressão,
e, fugindo ao séquito dos poderosos do mundo,
acusa a transfiguração do homem em servil objeto do homem”